

Direitos trabalhistas e previdenciários estão em risco

As forças contrárias ao Direito do Trabalho como norma de ordem pública e caráter irrenunciável estão numa ofensiva jamais vista para flexibilizar ou eliminar direitos. Pelo volume das iniciativas, tudo indica que há ações articuladas, formando uma conjugação de fatores, que poderão colocar em risco os direitos sociais dos trabalhadores. Se o movimento sindical não reagir à altura haverá redução de direitos. Esta é a opinião de Antônio Augusto de Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que acompanha as atividades do Congresso de interesse dos trabalhadores. Nesta edição, o Senge Informa traz informações detalhadas sobre o que se pretende com a reforma trabalhista, fala do cerco que estão fazendo aos direitos dos trabalhadores, mostra a manifestação da sociedade por nenhum direito a menos e o que é real no déficit da Previdência Social. Veja tudo nas páginas 4, 5 e 6.



Pesquisa revela distorções salariais

Quase metade dos engenheiros e engenheiras que trabalham no mercado formal em Minas Gerais, 44%, tem rendimentos mensais iguais ou abaixo de dez salários mínimos. O restante da categoria recebe acima de dez salários mínimos, sendo 33% até 15 mínimos e 23% acima de 15 mínimos. Estes dados fazem parte da pesquisa realizada pelo Dieese com base nas informações da RAIS de 2005, que constatou, ainda, que o acesso das engenheiras aos maiores salários é bastante desigual em relação aos homens. Veja mais detalhes na página 3.

Anuidade premiada tem prazo até agosto

Os engenheiros que ainda não pagaram a anuidade social de 2007 ainda podem concorrer aos prêmios da campanha Anuidade Social Premiada. Serão sorteados três prêmios que contribuem para a valorização do exercício profissional: um notebook com o programa Intellicad instalado; um aparelho GPS e um SmartPhone Palm. O prazo para a quitação da anuidade de 2007, a tempo de participar do sorteio, vai até o dia 10 de agosto. Mais informações na página 3.

Sindicato assume negociações na Urbel

Depois de mais de dois anos sem acordos trabalhistas, os servidores da Urbel conseguiram retomar as negociações com a empresa municipal. Através da intermediação do Senge-MG, a pauta com as reivindicações foi entregue ao presidente da Urbel e várias reuniões já foram realizadas, com significativos avanços. Os trabalhadores da empresa estão acompanhando e participando por meio de uma comissão de funcionários e boletins específicos. Veja na página 7 como andam as negociações.

Sindicato e movimento social

Para além da violência que se vive no dia a dia, as forças sociais se organizam e movimentam na luta por seus direitos: ocupação das terras improdutivas, organizada pelos movimentos do campo; ocupação de prédios e terrenos vazios pelo movimento urbano; movimentos em defesa do meio ambiente com diferentes mobilizações para preservação da "mãe terra"; setores antes discriminados ocupam as praças, como nas mobilizações do Dia Internacional da Mulher e nas paradas de orgulho homossexual, milhares de pessoas em congressos, seminários e fóruns se reúnem para a formação da militância etc.

O movimento sindical também amplia sua atuação para além da luta, *strictu sensu*, de melhores salários e condições de vida e trabalho, e se integra nas lutas mais amplas da sociedade civil entendendo que a manutenção de uma sociedade pobre e desigual invia-

biliza o espaço das melhores condições de vida e trabalho para categorias específicas.

O 1º e o 23 de maio foram a concretização prática desta visão no movimento social e sindical. A partir de uma pauta comum de reivindicações, envolvendo tanto os movimentos que fazem oposição ao Governo federal, pela esquerda, quanto aqueles que não romperam mas acreditam na necessidade de o movimento organizado pressionar por suas reivindicações, os movimentos foram às ruas. Portanto, mesmo com divergências de avaliação da conjuntura, entenderam que a unidade é necessária para enfrentar os desafios da atualidade.

O Senge Minas Gerais, que em toda sua história defendeu e praticou a defesa da categoria, percebe a importância deste momento, buscando enxergar a luta dos engenheiros no contexto da luta geral do povo organizado, em de-

fesa dos interesses imediatos e históricos, da construção de uma sociedade justa e igualitária. Um projeto como este vai além das carências socioeconômicas de um setor e passa a englobar questões relativas ao desenvolvimento sustentável. Obviamente, um sindicato, seja ele qual for, tenha ele a força que tiver, para levar adiante um projeto como esse, precisa construir espaços de unidade com o restante da classe trabalhadora.

Com esta perspectiva o Senge tem contribuído com as lutas dos diversos movimentos sociais e se integrou nas mobilizações dos dias 1º e 23 de maio. Também neste sentido, tem assumido a organização e discussão de temas como saneamento básico e comunicação. A TV Digital vai interferir na vida na vida de toda a sociedade. E os movimentos não podem se omitir de discutir para interferir na formatação deste projeto, buscando o controle das novas tecnologi-

as de informação para que ramifiquem e ganhem força.

O Senge busca contribuir no processo de mudar a situação histórica de desorganização de nossa sociedade, para o de uma sociedade civil organizada, onde homens e mulheres livres e conscientes vão estar atuando. Pensamos, assim, tal como o filósofo italiano Antonio Gramsci, para quem a sociedade civil é, antes de tudo, "o extenso e complexo espaço público onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que, com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder".

Senge homenageia Oscar Niemeyer

Os engenheiros João Queiroz, Diretor Regional do Senge na Zona da Mata, Raul Otávio Pereira e Fernando Villaça encontraram-se com o arquiteto Oscar Niemeyer, ocasião na qual lhe entregaram placa de honra ao mérito pelos serviços prestados à Arquitetura do Brasil e do mundo. Na ocasião, o "Mestre dos Mestres" manifestou sua preocupação com a especialização unilateral dos profissionais de Engenharia e Arquitetura que, a seu ver, deixam de incorporar ao seu aprendizado técnico noções de cidadania, de política, de meio-ambiente, enfim, de toda gama de assuntos que de forma conclusiva faz

parte da formação humana de todo profissional.

Um profissional, segundo Niemeyer, deve exercer em sua plenitude a consciência coletiva enquanto parte integrante e atuante da sociedade. Sugere que todos os profissionais - estudantes principalmente - devem ler bastante, e não somente assuntos relativos à sua formação. "A vida é um minuto. É necessário crescermos profissionalmente e também como seres humanos, até como forma de exercermos papel atuante na construção de um mundo melhor - isso a todo tempo e a toda hora, em todos ambientes dos quais fazemos parte", disse Niemeyer.



Da esquerda para a direita: Raul Otávio, Oscar Niemeyer, João Queiroz e Fernando Villaça.

Pesquisa revela perfil dos engenheiros mineiros

Quase metade dos engenheiros e engenheiras que trabalham no mercado formal em Minas Gerais, 44%, tem rendimentos mensais iguais ou abaixo de dez salários mínimos. O restante da categoria recebe acima de dez salários mínimos, sendo 33% até 15 mínimos e 23% acima de 15 mínimos. Estes dados fazem parte da pesquisa realizada pelo Dieese com base nas informações da RAIS de 2005, que constatou a existência de 13.333 engenheiros contratados com carteira assinada, sendo 11.081 homens (83%) e 2.252 mulheres (17%). O levantamento foi encomendado pela Federação Interestadual de Engenheiros (Fisenge) e sindicatos filiados.

A pesquisa revelou, ainda, que o acesso das engenheiras aos maiores salários é bastante desigual em relação aos homens. Enquanto 36% dos engenheiros recebem mais de 15 salários mínimos, apenas 18% das mulheres engenheiras têm salários neste patamar. Na faixa salarial acima de 10,1 a 15 salários mínimos, estão 24,5% das engenheiras e 22,6% dos engenheiros. A maior parte das mulheres engenheiras está concentrada na faixa até dez mínimos, com 57,5% contra 41,4%.



Ainda com relação aos rendimentos dos trabalhadores, a pesquisa apurou que 62% dos engenheiros que recebem até 10 salários se encontram nas empresas privadas. Porém, 71% dos empregados pelo setor público estatal ganham nessa faixa e no setor público municipal e em entidades sem fins lucrativos essa proporção fica em 66% e 56%, respectivamente. Além disso, é possível estabelecer uma relação entre a idade e a remuneração dos engenheiros. Dos profissionais com até 29

anos, 70% recebem até 10 salários mínimos. Já entre os trabalhadores com mais de 50 anos, 43% recebem mais de 15 salários, enquanto apenas 37% destes recebem até 10 salários.

Estes dados apontam que os menores salários são pagos no setor público, para as mulheres engenheiras e para os jovens. Reforçam, também, a importância da luta pelo cumprimento da lei 4950-A, que garante ao engenheiro a remuneração de 8,5 salários mínimos pela jornada diária de 8 ho-

ras, pois, dela depende a dignidade de boa parte da categoria.

A concentração por faixa etária na contratação dos profissionais da área evidencia a dificuldade dos recém-formados em conseguir um lugar no mercado de trabalho. Segundo o Dieese, 59% dos engenheiros empregados têm idade entre 30 e 49 anos, 20% estão com cinquenta anos ou mais e apenas 19% têm até 29 anos.

Outro dado resultante da pesquisa é que 74% dos engenheiros estão empregados em empresas privadas. A maior parte dos postos de trabalho está nas empresas de grande porte: 5.896 engenheiros, 44% do total, trabalham em empresas com 500 ou mais vínculos empregatícios. Nas que possuem entre 100 e 499 empregados, esse número é de 3.899, 29%, enquanto apenas 27% ou 3.583 engenheiros trabalham em empresas que possuem entre um e 99 vínculos empregatícios.

Entre os setores que mais empregam engenheiros em Minas Gerais, a indústria de transformação conta com 3.454 trabalhadores e o setor de serviços com 3.433 profissionais. Cada um desses setores mobilizava 26% do total dos engenheiros no mercado de trabalho formal de Minas Gerais em 2005.

Anuidade premiada tem prazo até agosto

Os engenheiros que ainda não pagaram a anuidade social de 2007 ainda podem concorrer aos prêmios da campanha Anuidade Social Premiada. O prazo para a quitação da anuidade de 2007, a tempo de participar do sorteio, vai até o dia 10 de agosto. Neste ano, o sócio contribui com uma anuidade de R\$ 143,50. Os sócios aposentados têm um desconto de 50% e os desempregados estão isentos do pagamento da anuidade.

No concurso, serão sorteados três prêmios que contribuem para a valorização do exercício profissional: um notebook com o programa Intellicad instalado; um aparelho GPS e um SmartPhone Palm. O sorteio será re-



alizado no dia 23 de agosto.

Participam desta campanha os sócios do Senge-MG que estejam

em dia com a anuidade social de 2007 ou que tenham justificado por motivo de desemprego, e os sócios

com desconto em folha em dia com as parcelas. Todos os sócios em condições de participar do concurso estarão automaticamente inscritos para participar do sorteio.

É importante destacar que a Anuidade Social é diferente da Contribuição Sindical, pois não possui caráter de imposto, sendo paga apenas pelos engenheiros sócios do Sindicato. A sua quitação em dia significa garantir direitos trabalhistas, assistência jurídica com honorários diferenciados, cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional, acesso a plano de saúde e diversos convênios médicos e odontológicos que estão à disposição dos associados.

Reforma Trabalhista ameaça conquistas

A Reforma Trabalhista, tema novamente recorrente nas pautas de reunião dos parlamentares brasileiros, é tudo, menos um mecanismo que beneficiará os trabalhadores. “Há uma apropriação indevida da expressão reforma, que acaba sendo considerada como positiva. Na verdade, as reformas vêm sendo utilizadas para, no caso da previdência, dificultar a obtenção de benefícios e no caso da questão trabalhista, como ferramenta de flexibilização da relação de trabalho”, afirma o ex-deputado federal Sérgio Miranda.

Defendida pelo empresariado e pelo setor industrial com o argumento de que eliminaria as distorções do mercado de trabalho e serviria para dinamizar a economia, tal reforma significaria, no entanto, a perda de direitos conseguidos ao longo de anos. “Somos contra qualquer reforma que venha retirar direitos, porque estes fazem parte da história

dos trabalhadores deste país e foram conquistados com muita luta, muito sacrifício”, lembra Nilo Sérgio Gomes, presidente do Sindicato de Engenheiros no Esta-

do de Minas Gerais (Senge-MG).

O argumento do grupo favorável às mudanças no sistema trabalhista, de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943, estaria ultrapassada e não seria mais adequada na atual conjuntura, é fraco. Segundo Sérgio Miranda, é um erro achar que a CLT está inalterada desde a sua criação. “Todas essas mudanças que surgiram recentemente no mercado de trabalho, como alterações na jornada e novos contratos, por exemplo, têm amparo legal. Nesse sentido, a reforma trabalhista já foi feita”, assegura.

A flexibilização das relações trabalhistas é um dos maiores temores frente a uma reforma. Uma das propostas defende a negociação em detrimento da lei, ou seja, a relação trabalhador/empregador passaria a ser baseada na negociação direta. “Seria um embate entre partes desiguais, porque, a crise do desemprego torna o trabalhador refém do patrão”, considera o ex-deputado federal. Nilo Sérgio concorda com esse ponto de vista, ao dizer que “só faria sentido uma mudança

desse tipo se o Brasil se encontrasse em uma situação de pleno emprego. Dessa forma, haveria um equilíbrio entre as forças”.

O custo do trabalho no Brasil, considerado alto pelos industriais e empresários, é desconsiderado como motivo para a reforma. “Achar que há uma supervalorização do trabalhador é se contrapor à realidade dos fatos. O trabalho é cada vez mais precarizado, informal e sem direitos”, afirma Sérgio Miranda. Para ele, o custo dos trabalhadores só é alto se comparado aos custos de países como China e Índia, onde as condições são sub-humanas.

Segundo o ex-deputado, a questão trabalhista no Brasil não depende, exclusivamente, de reforma. “A condição básica para buscarmos uma revitalização para a legislação trabalhista que garanta direitos é regulamentar a Constituição Federal de 1988. Vários dispositivos ainda não foram regulamentados, como a organização por local de trabalho, por exemplo”. Outro ponto importante para o ex-deputado seria a criação de uma legislação forte para coibir práticas anti-sindicais, como a relação empregatícia entre uma empresa e um profissional contratado como pessoa jurídica.

Nilo Sérgio vê no crescimento econômico sustentável a resolução para o problema trabalhista no país. “Acho que as discussões do governo, atualmente, estão fora de foco. Para acabar com a informalidade, criando lugar no mercado de trabalho, é preciso criar condições para um crescimento sustentável da economia”, assegura. Para ele, a Reforma Trabalhista não pode ser realizada isoladamente, “ela precisa fazer parte de um pacote mais amplo, que envolva as reformas tributária, política e agrária, entre outras, para que as mudanças possam ser realizadas sem prejuízo para os trabalhadores”.



Principais pontos da Reforma

A Reforma Trabalhista tem como base a flexibilização das leis e relações de trabalho entre empregado e empregador. Veja os principais pontos:

- Mudanças na estrutura sindical: seria permitida a existência de mais de um sindicato por categoria nos municípios ou região; e acabaria, gradualmente, a obrigatoriedade da contribuição sindical.
- Proteção: pequenas e médias empresas pagariam taxas menores de impostos, o que incluiria a desoneração progressiva do FGTS.
- FGTS: seria negociado entre empregados e empregadores
- Negociação: seria feita diretamente entre trabalhador e empresa, em substituição à lei. Ou seja o negociado prevaleceria sobre a lei.
- Hora extra: a remuneração das horas extras passaria a ser feita através de folgas e não com dinheiro.
- Redução do prazo prescricional: ou seja, diminuição do tempo para os trabalhadores demitidos reclamarem direitos não quitados.

Nenhum direito a menos

No dia 23 de maio, em todo o Brasil, trabalhadores de diversas categorias, assim como movimentos sindicais e sociais, se uniram pela manutenção do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Emenda 3. Em Minas Gerais não foi diferente. Na capital, trabalhadores se reuniram na Praça Sete e realizaram uma passeata no centro da cidade. O veto à polêmica Emenda 3, que atribuía unicamente à Justiça a função de decidir se há ou não vínculo empregatício entre pessoas jurídicas, ainda não foi examinado pelo Congresso.

Com o lema "Nenhum direito a menos", outros temas foram incluídos na manifestação como a reforma agrária, moradia popular, educação e

saúde de qualidade, emprego e salários dignos. Além disso, também foram motivos dos protestos a reforma pre-

videnciária, o aumento da idade mínima para a aposentadoria, o projeto de lei que limita o reajuste do salário

dos servidores públicos federais e o anteprojeto sobre o direito de greve dos servidores públicos.



Manifestação por nenhum direito a menos em Belo Horizonte

Cerco aos direitos

Em artigo publicado no Boletim do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) do mês de março de 2007, o diretor da organização, Antônio Augusto de Queiroz, fez uma relação de acontecimentos e fatos que denunciam a ofensiva das forças contrárias aos direitos dos trabalhadores. A articulação, segundo ele, visa à flexibilização e até mesmo a extinção desses direitos.

A primeira evidência apontada por Antônio Augusto é a subscrição por 63 senadores e a aprovação na Câmara, com 304 votos a favor e 146 contra, da Emenda 3. Essa emenda, parte do projeto que cria a Super-Receita, pretendia tornar a fiscalização das relações de tra-

balho entre pessoas jurídicas função exclusiva da Justiça, ou seja, seria necessária uma decisão judicial para que uma relação de trabalho irregular pudesse ser desfeita.

O diretor cita como outro indício a matéria "O Congresso quer as reformas", publicada na Revista Exame de fevereiro, edição 887. No texto é divulgado o resultado de uma pesquisa sobre a necessidade de uma reforma trabalhista, feita com 533 dos 594 parlamentares. O resultado revela que 79% dos congressistas tinham uma postura favorável à reforma.

Em terceiro, Queiroz aponta como evidência a postura do representante do Ministério da Fazenda nas negociações da Lei

Geral das Pequeno e Microempresas. Apesar de não ter conseguido diminuir o FGTS para 0,5% e adotar um critério de visitação dupla para autuação na fiscalização do trabalho, o representante conseguiu flexibilizar direitos trabalhistas dos empregados das instituições com faturamento anual de até 2,4 milhões de reais.

O posicionamento do setor empresarial, que só permitiria a votação da reforma sindical juntamente com a realização de uma reforma trabalhista, é apresentado por Antônio Augusto como um quarto fator que denuncia o ataque às leis trabalhistas. A desmobilização do cenário atual, para ele, tornaria difí-

cil barrar qualquer flexibilização, como o parcelamento das férias, por exemplo.

O diretor do Diap ainda acrescenta que todos os interlocutores do Executivo no Congresso são favoráveis à reforma trabalhista e à flexibilização dos direitos, citando os líderes do Governo na Câmara, José Múcio Monteiro (PTB/PE), no Senado, Romero Jucá (PMDB/RR), entre outros. Assim, ele enxerga uma conjuntura com perfeitas condições para viabilizar a reforma trabalhista e, apreensivo quanto a relação de forças envolvidas, pede por uma rearticulação do movimento sindical para evitar a redução ou perda dos direitos dos trabalhadores e cidadãos.

A verdade sobre o déficit da Previdência Social

*Nilo Sérgio Gomes**

A Previdência Social no Brasil possui a função de garantir os rendimentos dos trabalhadores e trabalhadoras nos momentos de inatividade, ocasionados por uma série de motivos tais como, a idade avançada, doenças, acidentes e a maternidade, além de proteger os dependentes em caso de morte ou prisão do segurado.

A rede de proteção ao trabalhador(a) é ampla e com várias possibilidades de aposentadoria (por tempo de contribuição, proporcional, por invalidez, por idade, especial) sendo resultado da luta de toda a sociedade brasileira por várias décadas.

A Previdência Social garante ainda outros benefícios, provavelmente fundamentais para a distribuição de renda e justiça social, como o Auxílio Doença, Auxílio Acidente, Auxílio Reclusão, Salário Maternidade e Salário Família.

Os trabalhadores e trabalhadoras deste país, juntamente com várias espécies de contribuições como a CPMF, Cofins, Pis/Pasep, CSLL, Cide-Combustíveis e a contribuição patronal, viabilizaram essa rede de proteção nacional que garante a sobrevivência de 22 milhões de brasileiros, dos quais 16 milhões recebem um salário mínimo.

Além dos benefícios mencionados, cabe à Previdência Social manter os benefícios para os trabalhadores rurais. Neste segmento social, denominado de segurados especiais, comprovando-se tempo de atividade rural faz-se jus ao benefício no valor de um salário mínimo como



aposentadoria por idade ou por invalidez, ou como auxílio doença. Este benefício, para os qual não se exige contribuição individual, possui, portanto, um forte componente assistencial.

Feitas as considerações acima, podemos aprofundar, agora, em um tema que está na pauta de toda a grande mídia gerando um debate que não está devidamente esclarecido: o déficit na Previdência Social.

Pelos dados do Governo o déficit da Previdência Social está em torno de R\$ 42 bilhões, um número bem inferior ao que se paga de juros pela dívida pública consolidada, algo em torno de R\$ 150 bilhões. No ano de 2007, até o mês de abril, o déficit da Previdência já chegou a

R\$ 14,1 bilhões. E onde se concentra este déficit?

Fica muito claro que o caráter assistencial dos benefícios rurais, que não exigem a contribuição individual, é um dos geradores desse déficit. Porém, nós achamos justo, pelo fato de estar na zona rural um elevado contingente de homens e mulheres vivendo na condição de miséria absoluta, principalmente no Nordeste, ou com uma remuneração muito baixa, não garantindo uma vida digna necessária a todo ser humano.

Outro grande vetor no déficit da Previdência Social vem pela elevação do estoque do auxílio doença, concedida aos trabalhadores e trabalhadoras por afastamento devido a problemas de saúde ou acidente

de trabalho.

Podemos, se não incluir de forma concreta, levantar de forma enfática as seguintes questões para toda a sociedade brasileira:

Primeiro: O déficit da Previdência Social é hoje oriundo de limite de idade para aposentadoria, baixa contribuição patronal e dos empregados, baixa arrecadação através de contribuições ou fruto da miséria na zona rural brasileira?

Nós do Senge-MG acreditamos que a segunda opção é uma das causas fundamentais do déficit da Previdência Social e por isso defendemos a reforma agrária e o aumento do ITR para reduzir a concentração da propriedade das terras agricultáveis, de forma a levar para o campo a geração de emprego e renda, escolas, hospitais e infra-estrutura necessária para o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, apenas 1% de proprietários concentra quase 50% das terras agricultáveis utilizadas e 76% dos produtos que chegam à nossa mesa são produzidos pelos médios e pequenos agricultores.

Segundo: A elevação do número de beneficiários do tipo auxílio doença, que é a principal causa do déficit da Previdência Social urbana, é fruto da irresponsabilidade de vários setores empresariais com a saúde e segurança do trabalhador, com a sua qualificação e com a modernização dos processos produtivos.

Portanto, nós do Senge-MG defendemos uma fiscalização rígida do MTE em todo o setor produtivo. Defendemos, também, a qualificação continuada dos trabalhadores e trabalhadoras e o desenvolvimento e modernização dos processos produtivos, objetivando a melhoria da saúde e segurança da classe trabalhadora.

Esperamos que este texto seja uma contribuição para o debate que ora se inicia sobre a reforma previdenciária e seja um contraponto às propostas que visam retirar direitos conquistados ao longo do tempo, nas nossas lutas cotidianas por uma sociedade mais justa, igualitária e mais fraterna.

() Nilo Sérgio Gomes é presidente do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais.*

Senge participa da 3ª Conferência das Cidades

Será realizada, em 2007, a terceira edição da Conferência das Cidades. Organizado em três níveis – municipal, estadual e nacional - o evento acontece a cada dois anos, desde 2003. As prefeituras mineiras têm até o dia 29 de julho para realizarem as Conferências Municipais ou Regionais, pré-requisito para a realização da 3ª Conferência das Cidades de Minas Gerais, etapa estadual do encontro.

Os objetivos dessa terceira edição são propor um diálogo

entre o governo e a sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), provocar a mobilização dos diversos segmentos da sociedade para enfrentar os problemas existentes nos municípios mineiros e garantir a participação desses segmentos na formulação de proposições, realização de avaliações sobre a execução da PNDU e suas áreas estratégicas.

Além disso, também serão discutidas temáticas como as intervenções urbanas e a desigualdade

de sócio-territorial, a produção de cidades justas, democráticas e sustentáveis e a integração das políticas setoriais e das esferas de governo.

A 3ª Conferência das Cidades de Minas Gerais vai acontecer nos dias 17, 18 e 19 de setembro e a etapa nacional será realizada em Brasília, entre os dias 25 e 29 de novembro. O Senge Minas Gerais participa ativamente da organização da Conferência e disponibiliza em seu site todas as informações sobre o evento.



Negociações avançam na Urbel

Depois de mais de dois anos sem acordos trabalhistas, os servidores da Urbel conseguiram retomar as negociações com a empresa municipal. Através da intermediação do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais, a pauta com as reivindicações foi entregue ao presidente da Urbel no dia 22 de maio. No dia 31, foi realizada a primeira reunião entre o Senge e a empresa, representada pelo presidente, Claudius Vinicius Leite Pereira, e pelo procurador, Mário Casa Verde.

Na segunda reunião, no dia 14 de junho, a Urbel se comprometeu a manter a data-base, garantida no dia 1º de maio, e os benefícios dos trabalhadores que estavam sendo mantidos através de Ação Cautelar, independentemente do resultado do julgamento. Além disso, foi definido como interesse da empresa e da PBH a resolução do passivo trabalhista existente por causa das ações coletivas movidas pelos trabalhadores.

No que diz respeito à negociação das questões econômicas, a Urbel se mostrou disposta a cumprir a Lei nº 4.950/A, que estabelece o salário mínimo profissional para engenheiros, arquitetos e geólogos. Além disso, propôs o pagamento de um piso salarial próximo para os demais trabalhadores de nível superior da empresa e se mostrou disposta a discutir um piso salarial igual ao praticado na PBH para os trabalhadores de nível médio.

Todas as demais questões, abertas desde 2004, serão foco de negociação, para que sejam resolvidas em sua totalidade. Para agilizar o processo, os negociadores se reunirão todas as quintas-feiras.

Retomada

A origem do impasse data de 2004, quando a Urbel deixou de pagar a última parcela do aumento que iria equiparar os salários dos técnicos de nível superior ao dos engenheiros, que possuíam piso de nove salários mínimos. Com a quebra do acordo e a progressiva queda também nos rendimentos dos engenheiros, o Sintappi, sindicato que representava os trabalhadores na época, entrou com uma ação de cumprimento de acordo e, em 2005, entrou com uma ação de dissídio coletivo. Assim começou o impasse, uma vez que a Prefeitura só estava disposta a fazer um novo acordo depois da negociação das ações e o Sintappi não considerava tais ações como objeto de negociação.

Sem acordo coletivo e com a ameaça da perda de todos os direitos conquistados, os engenheiros da Urbel procuraram o Senge, em março, para que o sindicato tentasse restabelecer o diálogo entre os trabalhadores e a empresa. Juntamente com as representações de outras categorias como a dos psicólogos, arquitetos, técnicos, administradores, entre outras, o Senge convocou uma Assembléia Geral, no dia 18 de abril, da qual resultou a pauta de reivindicações

encaminhada para o presidente da empresa.

Apesar dos avanços desde então, o Senge considera que a mobilização e participação dos trabalhadores no processo de negociação é essencial para que a questão possa ser resolvida.

PBH

As negociações com a PBH também evoluíram. No dia 12 de junho foi entregue a pauta comum de reivindicações dos trabalhadores às lideranças da Prefeitura. Além disso, será definida a data para o início das negociações da pauta comum e será discutida a negociação em conjunto e de forma simultânea com os representantes sindicais dos servidores da Sudecap, SLU, Fundação Zóobotânica e Administração Direta.

Negociações com o Sinaenco

O Senge Minas Gerais realizou, no dia 19 de junho, a quarta reunião com o Sinaenco, para a negociação da pauta de reivindicações dos trabalhadores das empresas de Consultoria. Durante o encontro, as questões reivindicadas foram discutidas e o Senge apresentou seus argumentos para o pedido de reajuste salarial de 8,5%, plano de saúde para o empregado e família - com custeio de 50% do valor pela empresa -, aumento de 8,5% no valor facial do auxílio alimentação, correção do valor do auxílio creche, entre outros. A próxima reunião entre o Senge e o Sinaenco vai acontecer no dia cinco de julho e as negociações vão ter continuidade a partir da contra-proposta que for apresentada pelas empresas para as reivindicações dos trabalhadores.

Senge Minas Gerais convoca eleições

O processo eleitoral do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais continua em pleno andamento. Em 29 de maio foi publicado no jornal Hoje Em Dia e afixado em sua sede e na Diretoria Regional da Zona da Mata o Edital de Convocação de Eleições Sindicais que ocorrerão nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2007, quando serão eleitos os membros para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Diretorias Regionais. É de trinta dias o prazo para o registro das chapas, contados a partir da data de publicação de aviso resumido deste Edital, nos termos do Artigo 59 do Estatuto de Senge-MG. O requerimento, em três vias acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro, será dirigido ao Presidente do Senge-MG, podendo ser assinado por qualquer dos candidatos integrantes da chapa. O edital completo está disponível na sede do Senge ou no site (www.sengemg.org.br).

LANÇAMENTO DA CARTILHA TV DIGITAL NO BRASIL

DEBATE COM A PRESENÇA DE:

HÉLIO COSTA
Ministro das Comunicações

MARCOS DANTAS
Prof. da PUC-Rio e responsável pelo texto da Cartilha

REGINA MOTA
Prof. da UFMG

Dia 28 de Junho - às 19 horas
Centro Universitário UNA
Auditório Ministro Mário Carlos da Silva Veloso
Rua Aimorés, 1451 - Bairro Lourdes - Belo Horizonte

Show de Rubinho do Vale

IntelliCAD 2008 – O melhor CAD de todos os tempos!

A ComCAD (www.comcad.com.br) iniciou a distribuição do novo IntelliCAD 2008, recém lançado, este mês, pela CADian (www.cadian.com). Trata-se da mais significativa atualização do IntelliCAD desde o seu lançamento em 1998. Com mais estabilidade e rapidez, e com centenas de recursos a mais, como o menu Express, Hachura gradiente, etc., o IntelliCAD 2008 é, sem nenhuma dúvida, o melhor CAD com a melhor relação custo/benefício de todos os tempos. A similaridade do IntelliCAD com o AutoCAD® é tão grande que, praticamente, dispensa qualquer tipo de treinamento por parte do usuário e, apenas para se ter uma idéia, um usuário situado a um metro de distância de dois monitores – um com o IntelliCAD 2008 e o outro com o AutoCAD® - terá dificuldades para identificar visualmente, em ambos os monitores, qual a identidade dos dois softwares CAD.

Nova interface do IntelliCAD 2008

Inspirada no AutoCAD® 2006, a nova interface do IntelliCAD 2008 facilita ainda mais o uso deste software.

Visão Geral do IntelliCAD

Desenvolvido em 1998, o IntelliCAD® se transformou mundialmente em um grande fenômeno de custo/benefício, pois apesar dele possuir cerca de 95% das funções do AutoCAD® ele custa apenas 20% do seu valor!

O IntelliCAD® é um programa de CAD que abre, visualiza, edita e salva arquivos padrão industrial (DWG), disponibilizando alternativas para trabalhar com custos menores comparado com o AutoCAD®. É compatível com todas as versões do AutoCAD®. Pode ser personalizado com VBA®, LISP® incluindo DCL, Script Recorder, e SDS (equivalente ao Autodesk® ADS®).

Trata-se de um software para elaboração de desenhos e projetos técnicos utilizando o computador (CAD).

Este produto tem um ambiente gráfico próprio, ou seja, não é um aplicativo que necessita de um Software CAD.

Porque o IntelliCAD® é cerca de 20% do preço do AutoCAD® se ele é praticamente um clone deste?

O AutoCAD® é um produto excelente, com mais de 20 anos de mercado e a sua extensão DWG representa cerca de 90% dos projetos em todo o mundo. Porém, ele apresenta dois graves defeitos:

- Mais de 60% dos seus comandos não são usados pela maioria dos seus usuários, no dia-a-dia;
- Altíssimo custo para os padrões brasileiros;

O IntelliCAD®, com seus quase oito anos de mercado e com milhões de usuários em todo o mundo, focaliza o seu desenvolvimento em comandos REALMENTE usados pela grande maioria dos seus usuários.

Por que inserir milhares de comandos em um CAD que o usuário não vai usar nunca?

Pensando assim, o IntelliCAD® tornou-se o CAD de melhor custo/benefício para a comunidade DWG.

O CAD - Projeto assistido por computador (Computer Aided Design - CAD)

O CAD inclui um grupo de aplicações que permitem aos escritórios técnicos, designers, arquitetos e engenheiros conceber, testar, avaliar e definir um produto para comercialização ou fabricação no menor tempo possível.

O conceito de CAD, então, não só se refere ao conceito de representação gráfica e matemática, mais que tudo isso, o CAD excede este significado na sua simultaneidade e integração no processo de desenvolvimento, velocidade de elaboração de projetos e distribuição de informações.

A ComCAD distribui em nível nacional, o IntelliCAD®. A solução CAD genérica com o melhor custo/benefício do mercado atualmente. E para melhorar o que já é bom, desenvolvemos alguns aplicativos voltados as necessidades mais presentes no mercado para facilitar o dia-a-dia do usuário.

Se a sua empresa, necessita de alguma solução para customizar tempo e dinheiro, faça contato conosco. Faremos uma análise das necessidades e você poderá ter em breve uma aplicação personalizada.

A ComCAD se espelha nas necessidades de seus clientes e parceiros comerciais para oferecer sempre produtos de alta qualidade, sofisticação e praticidade.

Principais Características do IntelliCAD 2008

- Software SIMILAR ao AutoCAD® (utiliza os mesmos comandos) e até 80% mais barato.
- Substitui o AutoCAD®, em todas as suas versões;
- 100% compatível com Microsoft® Windows®;
- Formato DWG nativo (abre, edita e salva em DWG sem perda ou conversão);
- Imediatamente produtivo para o usuário do AutoCAD®;
- Customização avançada (LISP®);
- Recurso de renderização de imagens;
- Recurso completo de criação e edição em 3D (sólido e superfície);
- Microsoft® Visual Basic for Application;
- Suporte à manipulação de imagem raster.

Requisitos de sistema para o IntelliCAD®2008

Hardware

A configuração mínima ideal do micro para o IntelliCAD® é:

- Intel® Pentium® IV ou equivalente;
- 512 MB RAM;
- 32 MB Vídeo (preferencialmente em placa de vídeo independente da placa mãe).
- HD com 7.200 RPM (rotações por minuto);

Sistema Operacional

- Microsoft® Windows® 2000(SP4) /XP, sendo que a melhor alternativa no momento é a versão XP.

Observações:

I - O uso do sistema operacional Windows XP Home Edition pode gerar problemas na utilização do software.

II - O Microsoft® Windows® Vista®, até o lançamento de seu primeiro pacote de atualização, é contra-indicado para softwares CAD, conforme orientação da Microsoft®.

Importante

O IntelliCAD®2008 tem diferenças fundamentais em relação ao Autodesk® AutoCAD®, o que significa que o seu treinamento é **IMPORTANTE**.

Esse treinamento é ministrado **gratuitamente** em Belo Horizonte, e tem duração média de 2 a 4 horas, e não há nenhuma restrição quando ao número de vezes de participação no treinamento, assim como, não há relação entre o número de treinandos que podem fazer o treinamento e o número de licenças adquiridas pelo cliente.

O IntelliCAD®2008, não poderá ser instalado em plataformas computacionais inferiores, sob pena de baixo desempenho desejável, e inclusive, apresentar travamentos aleatórios com perda de dados.

Rotinas LISPs funcionais dentro de outros sistemas CAD deverão, **NECESSARIAMENTE**, serem adaptadas para o IntelliCAD®. A ComCAD presta este serviço.

Experimente o IntelliCAD 2008

Tire as suas próprias conclusões sobre o grande custo/benefício do IntelliCAD 2008. Solicite-nos um CD do IntelliCAD 2008, sem nenhum tipo de limitação, totalmente grátis, com validade para 15 dias.

Promoção imperdível de lançamento do IntelliCAD 2008 para associados do Senge-MG

O IntelliCAD 2008 by CADian poderá ser adquirido por prazo limitado, por apenas R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais), e parcelado em 3 pagamentos iguais e sem acréscimos de R\$400,00 (quatrocentos reais).

Como comprar o IntelliCAD 2008

Favor contatar Roberto Guimarães, diretor da empresa Temma, revenda IntelliCAD autorizada, através do telefone (31) 3335.4995, no horário comercial.